

XII ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (EEDIC)

RELATO DE EXPERIÊNCIA: MONITORIA E O PLANTÃO TIRA-DÚVIDAS COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO DO PAPEL DO PSICÓLOGO NO CRAS

Meury Gardênia Lima de Araújo¹; Anna Paula Fagundes Bezerra²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Unicatólica; E-mail: melgarde@gmail.com

² Mestre Docente do curso de Psicologia da Unicatólica; E-mail: annabezerra@fcrs.edu.br

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo descritivo sobre o relato de experiência do exercício da monitoria institucional de Práticas Integrativas V – Psicologia Social do curso de Psicologia da Unicatólica. Nestes escritos evidencia-se a necessidade de reflexão da atuação do Profissional psicólogo no âmbito do CRAS e as perspectivas que conservam os discentes do referido curso sobre o exercício da profissão e suas insatisfações com a atual conjuntura. Delineia-se um convite a refletir, no seio da academia, novas estratégias que contemplem uma psicologia reconhecida e valorizada para além do contexto clínico, ainda propagado como campo ideal de atuação da profissão em questão.

Palavras-chave: Psicologia. SUAS. Docência.

INTRODUÇÃO

As atribuições do monitor de Práticas Integrativas V, disciplina vinculada a Psicologia Social do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá, perpassam a responsabilidade de auxiliar os alunos na compreensão das teorias repassadas em sala de aula, no que tange a base da psicologia social, bem como as políticas públicas que possibilitam a atuação do psicólogo nos aparelhos de Assistência Social; Atrelado a isto, o exercício da monitoria traz em seu seio a motivação do iniciar-se na pesquisa, inserindo os discentes, através das idas a campo, nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS de Quixadá, na busca de compreender quais diferenças permeiam as atuações dos profissionais da Psicologia e da Assistência Social. Nisto, indaga-se o papel do psicólogo nos CRAS e as demandas decorrentes do compromisso ético social da categoria.

O Plantão Tira-dúvidas, uma das atividades desenvolvidas na monitoria, realizado semanalmente na biblioteca da Instituição, consiste em uma aproximação maior entre os discentes da disciplina e a monitora, onde é possível esclarecer as dúvidas mais simples e contextualizar as mais complexas. Sendo Monitora Institucional de Práticas Integrativas V nos semestres 2016.1 e 2016.2, travei vários diálogos sobre a prática do profissional psicólogo nos CRAS, discutindo sobre a necessidade, relatada por muitos alunos, de um número maior de literatura sobre o assunto, bem como esclarecimentos dos “estigmas” propagados e que rodeiam tal atuação; A perspectiva, por exemplo, de se ganhar “financeiramente” pouco para exercer a profissão no referido âmbito faz com que os alunos não se interessem por tal área; ainda há outro agravante, como relatos de que o psicólogo não desempenha função de psicólogo dentro dos CRAS. Esta é uma “grande questão” a ser amadurecida na academia, pois vincula a ciência Psicologia aos velhos pressupostos de que seu exercício é restrito ao fazer clínico. O CRAS “é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e de Assistência Social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social” (CREPOP, 2017, p. 22) e nele o psicólogo tem papel delimitado.

Portanto, relato minha experiência no intuito de inquietar os profissionais psicólogos docentes, bem como os que estão em formação. Para que, diante destas reflexões percebidas na minha prática da monitoria,

possa-se buscar desmistificar cada vez mais a contribuição de nossa profissão no contexto de assistência social e reafirmar nosso compromisso diário com as lutas das minorias em vulnerabilidade; ressaltando, ainda, a importância de nos posicionarmos frente à promoção de uma sociedade mais igualitária; é urgente que nossa própria classe se desprenda do entendimento de que somos uma “profissão de elite”, exercida entre quatro paredes e resistente às intempéries das transformações históricas e culturais.

Buscar compreender o trabalho do Psicólogo no CRAS, bem como ocorre à interdisciplinaridade nessa profissão é um dos objetivos desses escritos, visto que foi o assunto mais discutido nos plantões; instigar os alunos da Monitoria de Práticas Integrativas V, em Psicologia Social, a pesquisa científica, também consiste em uma meta e um convite para que seja possível desenvolver, a partir do exposto, um novo olhar acerca da psicologia social, desmistificando o “senso comum” referente a essa abordagem.

METODOLOGIA

Consiste em um estudo descritivo acerca do relato de experiência do exercício da Monitoria Institucional da disciplina de Práticas Integrativas V – Psicologia Social, do curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá nos semestres 2016.1 e 2016.2. Vale-se da reflexão dos diálogos entre monitora, atualmente aluna no 9º semestre do referido curso, e alunos da citada disciplina nos Plantões tira-dúvidas, onde se debatiam teorias e práticas no campo de atuação dos psicólogos da área social, mais especificamente nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS.

Relatar uma experiência embute o caráter de reflexão da própria prática com contribuições pertinentes a novas posturas (CAVALCANTE; LIMA, 2012); neste caso, consiste em um olhar crítico sobre a carreira na profissão psicologia e novos modos de pensar, ainda na academia, possíveis ações que delineiem perspectivas novas no âmbito da Psicologia Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dois semestres de exercício da Monitoria na Disciplina de Práticas Integrativas V, realizando plantão semanal na biblioteca da Unicatólica muitos diálogos foram travados referentes a prática profissional do Psicólogo no CRAS; no que concerne ao trabalho do Psicólogo em tal instituição diz o CREPOP (2007, p.23):

As atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. Intervir em situações de vulnerabilidades, dentro da Assistência Social, implica diretamente em promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, oportunizando o empoderamento da pessoa, dos grupos e das comunidades. Temos, aqui, a necessidade de mudanças nos referenciais teórico-metodológicos, na fundamentação dos programas, projetos, serviços e benefícios que devem se dar em nova ótica, investindo-se no potencial humano. Esse investimento pode produzir superação e desenvolvimento, mas, para tanto, também são fundamentais mudanças na forma de compreendermos a pobreza e a maneira de atuarmos sobre ela, gerando, por meio dos vínculos estabelecidos no atendimento, e de um conjunto de ações potencializadores, o rompimento do ciclo de pobreza, a independência dos benefícios oferecidos e a promoção da autonomia, na perspectiva da cidadania, tendo o indivíduo como integrante e participante ativo dessa construção.

Ancorada neste “norte” acima percebe-se que o compromisso do psicólogo e sua atuação no CRAS difere muito um atendimento individual “tradicional”, este que na “psicoterapia” se tornou referência na identificação da profissão. O que leva muitos alunos, mesmo após terem realizados visitas de campo, a questionarem “o que faz o psicólogo no CRAS”. Percebe-se, então, que ainda se conserva o ideal “clínico”

para que seja possível “se realizar” enquanto psicólogo; além disso, se propaga uma remuneração bastante insatisfatória para o cargo.

Muitos discentes alegam gostar da área enquanto teoria, no entanto, por tais questões de exercício e recompensa financeira, não cogitam atuar em tal aparelho de Assistência Social. Isto levanta uma questão inquietante, “o que fazemos para que este quadro mude?” Para que se compreenda a psicologia extramuros e pertencente às lutas sociais, de fato, e ao sofrimento psíquico da coletividade?

É notável, ainda, a necessidade de repensar a prática e participar mais ativamente de um trabalho interdisciplinar e que se configura em redes, com vários outros profissionais, pois restrito ao que apregoa o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, enfatizar as relações das pessoas com os seus contextos, em se deparando com situações que excedem suas atribuições no CRAS recomenda-se:

(...) em casos de identificação de demandas que requeiram ações e serviços não previstos nestes aparatos normativos, como, por exemplo, o acompanhamento clínico de natureza psicoterapêutica, o profissional de Psicologia deve acessar outros pontos da rede de serviços públicos existentes no seu território de abrangência ou no plano municipal, com vistas à efetivação dos direitos dos usuários a serviços de qualidade e à devida organização das ações promovidas pelas políticas públicas de Seguridade Social.

Nestas discussões percebia-se a carência de maior produção científica sobre tais assuntos e sobre engajamento dos futuros profissionais nas lutas por melhorias para a categoria; como o reconhecimento e valorização do nosso trabalho na assistência social, tanto por nós mesmos como pelas esferas contratantes dos nossos serviços que, a começar pelos valores e horas de “labuta”, não compreendem nossa efetiva atuação como promotora de bem-estar coletivo.

Portanto, o que ficou evidenciado foi um desejo e uma clara necessidade de inserir, com maior zelo e “perspicácia”, uma identidade de psicólogo com compromisso social, para que desta forma, esquive-se da armadilha de um trabalho alheio ao coletivo, a história e a dinâmica da transformação humana que testemunhas sem nos atentar; os plantões mostraram-se, para além da sua “utilidade”, uma porta de reflexão da academia, da docência e da profissão.

CONCLUSÕES

A monitoria mostrou-se como um recurso de reflexão no interior da “coisa viva”, ou seja, na estruturação dos profissionais que virão a atuar e já estão insatisfeitos com alguns aspectos da profissão; seja porque o diálogo entre monitora e alunos ocorre de maneira mais fluida e descontraída, sem entaves de sala de aula e em um contexto de criticidade aberto e, até, incentivado ou porque são insustentáveis determinadas questões.

Surge o convite para pensar o próprio exercício profissional, bem como as demandas que “gritam” por atuação da psicologia. Sendo a academia o lugar de fomentação da mudança e força dos jovens, a transformação deve partir de algum ponto do incômodo dos que percebem as falhas e não se calam diante das vozes ou dos silêncios dos que insistem na passividade.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, B. L. L; LIMA, U. T. S. **Relato de experiência de uma estudante de Enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas**. J Nurs Health, Pelotas (RS), 2012, jan/jun;1(2):94-103.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. -- Brasília, CFP, 2007.

Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), 12., 2016, Quixadá. Anais... Quixadá: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2016. ISSN: 2446-6042

COSTA, Ana Flávia de Sales; CARDOSO, Claudia Lins. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2010, vol. 3, n. 2, p. 223-229. ISSN 1983-8220.